

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do semestre findo em 30 de junho de 2020, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre o Banco apresentou um lucro de R\$ 69.891 mil, correspondente a R\$ 12.359,16 por ação, sendo que no primeiro semestre de 2019 apresentou lucro de R\$ 138.887 mil. Em 30 de junho de 2020, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 912.642,09, um aumento de 1,23% em relação ao exercício anterior. O primeiro semestre de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19 e seus desdobramentos econômicos e sociais. Apesar do cenário imposto pela pandemia, o JP Morgan manteve as suas atividades sem impactos financeiros significativos. **Índice**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)				
		Junho 2020	Dezembro 2019	
Ativo	Nota			
Circulante		68.735.594	43.130.560	
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.723.638	31.115.494	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.040.708	135.048	
Aplicações no mercado aberto		1.006.666	-	
Aplicações em moeda estrangeira		34.042	135.048	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	14.772.968	6.721.776	
Carteira própria		5.189.628	3.885.565	
Vinculados à prestação de garantias.....		7.012.787	2.217.284	
Instrumentos financeiros derivativos		2.570.553	618.927	
Relações interfinanceiras e interdependências		5.069	4.372	
Depósitos no Banco Central		5.046	4.372	
Outros.....		23	-	
Operações de crédito	9	1.630.241	730.839	
Empréstimo de ações.....		2.364	3.013	
Sector privado		1.639.593	728.985	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ...		(11.716)	(1.159)	
Outros créditos		10.560.666	4.420.460	
Carteira de câmbio	10a	9.631.230	4.036.572	
Rendas a receber		41.152	101.917	
Negociação e intermediação de valores	10b	208.530	153.581	
Diversos.....	10c	699.637	132.668	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(19.883)	(4.278)	
Outros valores e bens		2.304	2.571	
Despesas antecipadas		2.304	2.571	
Não Circulante		8.325.564	5.464.558	
Realizável a longo prazo		6.770.700	3.999.507	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	4.740.572	2.224.789	
Carteira própria		740.564	759.582	
Instrumentos financeiros derivativos		4.000.008	1.465.207	
Operações de crédito	9	564.739	608.063	
Sector privado		566.103	611.295	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ...		(1.364)	(3.232)	
Outros créditos		1.465.389	1.166.655	
Créditos tributários	10d	648.862	462.838	
Diversos.....	10c	950.888	713.582	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	9	(134.361)	(9.765)	
Investimentos		1.435.783	1.341.839	
Participações em controladas no país.....	11	1.431.200	1.338.610	
Outros investimentos		4.953	3.599	
Provisão para perdas		(370)	(370)	
Imobilizado	12	113.354	117.485	
Imóveis de uso		90.731	90.352	
Outras imobilizações de uso		123.127	119.275	
Depreciações acumuladas		(100.504)	(92.142)	
Intangível	13	5.727	5.727	
Outros ativos intangíveis		25.092	25.092	
(Provisões para redução ao valor recuperável de ativos intangíveis)		(19.365)	(19.365)	
Total do ativo		77.061.158	48.595.118	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)										
		Reservas de capital			Reservas de lucros					
				Subvenções				Outros		
	Nota	Capital social	Aumento de capital	para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	resultados abrangentes	Lucros acumulados	
									Ações em tesouraria	
									Total	
Em 31 de dezembro de 2018.....		2.453.981	229.500	24.939	17.638	211.466	1.565.068	(7.325)	-	4.490.327
Aumento de capital.....	17	229.500	(229.500)	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período....		-	-	-	1.058	-	-	7.135	138.887	147.080
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	-	-	-	138.887	138.887
Outros resultados abrangentes		-	-	-	1.058	-	-	7.135	-	8.193
Reserva legal.....		-	-	-	-	6.944	-	-	(6.944)	-
Em 30 de junho de 2019.....		2.683.481	-	24.939	18.696	218.410	1.565.068	(190)	131.943	(4.940) 4.637.407
Em 31 de dezembro de 2019.....		2.683.481	127.500	24.939	21.703	242.405	2.002.908	50	-	(4.940) 5.098.046
Aumento de capital.....	17	127.500	(127.500)	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período....		-	-	-	1.354	-	-	(8.300)	69.891	62.945
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	-	-	-	69.891	69.891
Outros resultados abrangentes		-	-	-	1.354	-	-	(8.300)	-	(6.946)
Reserva legal.....		-	-	-	-	3.495	-	-	(3.495)	-
Em 30 de junho de 2020.....		2.810.981	-	24.939	23.057	245.900	2.002.908	(8.250)	66.396	(4.940) 5.160.991

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco" ou "Instituição") é a instituição líder do Conglomerado Prudencial (Conglomerado JP Morgan) perante o Banco Central do Brasil (BACEN), constituído na forma de sociedade por ações e localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. O Banco JP Morgan está autorizado a operar como banco múltiplo em seu porte comercial, de investimentos e câmbio. O Banco, controlado indiretamente pelo JPMorgan Chase Bank, National Association, tem suas operações e de suas empresas controladas conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pela Administração em 2 de setembro de 2020.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.720, do CMN, e a Circular nº 3.959, do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, vigentes a partir de janeiro de 2020. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/inforeg/demonstracoescontabeis>).

3. Principais práticas contábeis
(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.
(b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros derivativos, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, *swaps*, termos e outros derivativos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. • Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). • Opções: modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável. • Futuros: cotações e taxas publicadas pela B3. • Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreamento previstos pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. • CVA (*Credit Valuation Adjustment*): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.
(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos das Resoluções nº 2.682 e 4.512 do CMN.

(d) Investimentos, imobilizado e ativo intangível - São demonstrados ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual e é realizada no segundo semestre. • O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Instituição. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente, no segundo semestre, para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). São realizados testes na linha de "Outros ativos intangíveis", seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01).

(e) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.
(f) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais – os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.
(g) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% para os meses de janeiro e fevereiro de 2020. A partir de março de 2020, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme Instrução Normativa 1.942. Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2020: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 20% sobre base negativa e ajustes temporários a serem realizados.
(h) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento em até 3 meses.
(i) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Banco registra as despesas do período com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Banco registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital do Banco.
(j) Dividendos e juros sobre o capital próprio - Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.706, os Juros sobre Capital Próprio e os Dividendos pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e registrados em conta específica no Patrimônio Líquido. Os valores de Juros sobre Capital Próprio recebidos de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial são reconhecidos em contrapartida a respectiva conta de investimento.
(k) Lucro por ação - A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por ação. O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada do número de ações em circulação.

de Basileia: O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2020, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,23%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 5.505.518 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 2.891.844 mil. **Gerenciamento de Risco:** O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <https://www.jpmorgan.com/country/BR/PT/disclosures>. A divulgação das

informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pelas Circulares nºs 3.678 e 3.930, no âmbito da Resolução nº 4.557, também estão disponíveis no site acima. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto por quatro membros, todos eles diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2020, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 2 de setembro de 2020.

SÃO PAULO, 2 DE SETEMBRO DE 2020 A Diretoria			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	Jan-Jun/ 2020	Jan-Jun/ 2019
Receitas da intermediação financeira		8.000.745	1.182.879
Operações de crédito		61.151	42.283
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.123.813	1.224.592
Resultado de operações de câmbio		1.081.020	364.279
Resultado de aplicações compulsórias		-	1.385
Resultado com instrumentos financeiros derivativos ...	8f	5.734.761	(449.660)
Despesas da intermediação financeira		(7.638.658)	(751.729)
Operações de captações no mercado		(334.760)	(605.798)
Operações de empréstimos e repasses		(7.158.219)	(128.300)
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9e	(145.679)	(17.631)
Resultado bruto da intermediação financeira		362.087	431.150
Outras receitas (despesas) operacionais		(277.736)	(192.750)
Receitas de prestação de serviços	20c	239.605	209.308
Despesas de pessoal		(424.230)	(349.362)
Resultado de participações em controladas	11	92.590	79.768
Outras despesas administrativas	20d	(99.329)	(96.071)
Despesas tributárias		(95.486)	(38.612)
Outras despesas com provisões	20e	(6.086)	(10.103)
Outros resultados operacionais	20f	15.200	12.362
Resultado operacional		84.351	238.440
Resultado não operacional		(2)	(72)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		84.349	238.368
Imposto de renda e contribuição social	16	(2.853)	(88.750)
Provisão para imposto de renda		(162.332)	(5.722)
Provisão para contribuição social		(96.390)	-
Ativo/Passivo fiscal diferido		255.869	(83.028)
Participações no lucro	20g	(11.605)	(10.731)
Lucro líquido do período		69.891	138.887
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	17	5.655	5.655
Lucro por ação (básico e diluído) no final do período - R\$		12.359,16	24.560,04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)		
	Jan-Jun/ 2020	Jan-Jun/ 2019
Lucro líquido do período	69.891	138.887
Ativos financeiros disponíveis para venda.....	(8.300)	7.135
Variação de valor justo	(15.090)	11.892
Efeito fiscal	6.790	(4.757)
Outros ativos financeiros	1.354	1.058
Variação de valor justo	1.354	1.058
Total dos resultados abrangentes que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado..	(6.946)	8.193
Total do resultado abrangente no período	62.945	147.080

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)			
	Nota	Jan-Jun/ 2020	Jan-Jun/ 2019
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		(125.858)	166.630
Lucro líquido do período		69.891	138.887
Ajuste ao lucro líquido:		(195.749)	27.743
Constituição de provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa ...	9e	145.679	17.631
Depreciações e amortizações		8.370	8.303
Resultado de participações em controladas	11	(92.590)	(79.768)
Provisões/(Reversões) para contingências		5.431	10.103
Atualização de depósitos judiciais		(6.772)	(11.626)
Constituição/(Reversão) de ativo fiscal diferido		(255.869)	83.028
Prejuízo na alienação de imobilizado		2	72
Variação de ativos e obrigações		(7.221.996)	6.168.713
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(905.660)	(8.898)
(Aumento)/Redução em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)		(3.232.591)	4.245.332
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências (Ativas/Passivas)		(4.641)	(420.466)
Aumento/(Redução) em depósitos		2.507.142	(613.135)
(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto		(2.986.527)	3.023.329
(Aumento)/Redução em operações de crédito		(864.767)	7.968
Aumento em outros créditos		(6.343.753)	(30.818.607)
Redução/(Aumento) em outros valores e bens ...		267	(756)
Aumento em outras obrigações.....		4.750.892	30.710.922
Imposto de renda e contribuição social pagos		(196.275)	-
Redução em resultados de exercícios futuros.....		(14)	(92)
Juros recebidos		53.931	43.116
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais		(7.347.854)	6.335.343
Atividades de investimento			
Imobilizado de uso (aquisições e vendas).....		(4.241)	(2.018)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(4.241)	(2.018)
Atividades de financiamento			
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		16.960.239	(423.287)
Juros pagos		-	(68.369)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades de financiamento		16.960.239	(491.656)

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) **Risco de crédito** - É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da área de crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*), aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitoramento e gerenciamento da respectiva utilização dos limites, e implementação de ações de adequação dos riscos frente a potencial deterioração do crédito. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

(e) **Gerenciamento de capital** - É definido em atendimento à Resolução nº 4.557/17, do CMN, como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, assegurando nível adequado de capitalização em conformidade com as diretrizes e limites regulatórios, e permitindo prospectivamente ao Conglomerado implementar suas estratégias de negócios. Tais objetivos estão descritos na Política de Gerenciamento de Capital, que também define a governança a ser seguida no gerenciamento e os procedimentos a serem realizados no monitoramento e elaboração dos relatórios regulatórios relacionados ao gerenciamento de capital. A Diretoria aprova a Política de Gerenciamento de Capital, o Plano de Contingência, o Plano de Capital e o parâmetro de Appetite a Risco pelo menos uma vez ao ano. O processo de gestão de capital é revisado pela Auditoria Interna periodicamente. O Conglomerado está classificado como Segmento 3 conforme Resolução nº 4.553/17, do CMN, e durante o período não houve qualquer descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor. Seguem abaixo os números:

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Patrimônio de referência (PR) (Nível 1)	5.505.518	5.433.264
Risco de crédito	16.539.258	11.095.870
Risco de mercado	16.372.732	14.018.135
Risco operacional	3.236.065	2.977.509
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	36.148.055	28.091.514
Índice de Basileia (IB)	15,23%	19,34%
PR mínimo exigido para RWA	2.891.844	2.247.321
Adicional de capital principal	451.851	702.288
Risco da carteira <i>banking</i>	482.382	52.345
Total de capital requerido	3.826.077	3.001.954
Margem sobre o capital requerido	1.679.440	2.431.310

As principais alterações regulatórias incorridas no período foram: (i) alteração no Adicional de Capital Principal de Conservação de 2,5% para 1,25% em função da COVID-19; (ii) alteração na metodologia de cálculo da exposição cambial (RWAcam) que compõe o risco de mercado e (iii) alteração na metodologia de cálculo do risco da carteira *banking* da RBAN para o IRRBB. Para outras informações consulte o Relatório de Gerenciamento de Risco e Capital (Pilar III) no site www.jpmorgan.com/country/BR/PT/disclosures.

(f) **Análise de Sensibilidade** - De acordo com a Circular nº 3.959, do BACEN, apresentamos a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, onde se concentram os riscos relevantes das instituições do Conglomerado. A análise de sensibilidade é realizada na visão do Conglomerado JP Morgan e executada no escopo da Gerência de Risco de Mercado, que é responsável por monitorar e reportar diariamente as utilizações de limites, revisar a política pelo menos anualmente, garantir que a infraestrutura dos sistemas de risco de mercado seja adequada, informar diariamente as posições de risco para a alta administração, incluindo os supervisores das Unidades de Negócios, *Traders* e Diretor Estatutário de Riscos das Entidades (*Chief Risk Officer, CRO*). O gerenciamento, monitoramento e controle de Risco de Mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não estatísticas e simulações de estresse. a) Medidas estatísticas são representadas pelo *Value at Risk (VaR)*: É uma medida estatística que estima a perda potencial decorrente de movimentos adversos em condições normais de mercado. Calculado utilizando simulação histórica – 1 ano de série histórica, horizonte de 1 dia e nível de confiança de 95%. b) As medidas não estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto. As principais medidas não estatísticas são: Valor de mercado; *Basis Point Value* (BPVs): Variação do valor de mercado decorrente de um aumento de um ponto-base (+0,01%) nas taxas de juros; Delta: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente; Gamma: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente; Vega: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita; Rho: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juro. c) Teste de estresse, que também é uma medida não estatística, visa capturar eventos de mercado atípicos, porém plausíveis e medir as perdas e ganhos potenciais. Os cenários buscam definir e antecipar eventos futuros em vez de replicar crises passadas. Projetados de forma que cada cenário seja impulsionado por um grande movimento em pelo menos uma classe de ativos (epicentro econômico) e contágio nas classes remanescentes (por exemplo, câmbio, taxas de juros, preços de ações e *commodities*). Estrutura de Limites - Os limites são estabelecidos pela Área de Riscos de Mercado e pelos Diretores das Unidades de Negócios. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de *VaR*, Estresse, *“Stop-Loss”* e de sensibilidades (limites não estatísticos). Os limites são apresentados pelos signatários de limites apropriados e preestabelecidos e são, também, apresentados ao Comitê de Risco do Brasil (“BRC”) e à Diretoria. Seguem dados quantitativos:

VaR 95% do Conglomerado J.P.Morgan

Fator de Risco	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Moeda Estrangeira	3.551	1.949
Taxa de Juros	24.091	11.702
Renda Variável	7.630	2.340
Efeito Diversificação	(8.117)	(3.279)
Total	27.155	12.712

Relatório de risco de mercado - exposição

Fator de Risco	Junho de 2020	Dezembro de 2019
BPV	Juros Pré	(107)
.....	Inflação	(354)
.....	USD	(222)
.....	USD - On	209
.....	Outros	(161)
FX Delta	USD	(134.523)
.....	JPY	(10.216)
.....	EUR	(34.975)
.....	GBP	(187.764)
.....	Outras	(19.617)
Ações	Delta	(217.263)

Resultado dos Testes de Stress

Cenário	Junho de 2020	Dezembro de 2019
<i>Bond Sell Off</i>	(6.174)	332.635
<i>Commodities Sell Off</i>	155.743	98.820
<i>Credit Crisis</i>	255.683	69.516
<i>Basis</i>	(10.925)	(51.456)
<i>Emerging Markets Sell Off</i>	156.133	277.649
<i>Equity Collapse</i>	84.531	(63.234)
<i>EURO Zone</i>	58.728	62.194
<i>General Recovery</i>	(28.037)	(641)
<i>Inflation</i>	95.343	(21.833)
<i>Oil Crisis</i>	74.944	221.406
<i>USD Crisis</i>	(4.934)	(162.495)

Cenários: • *Equity Collapse* é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global. • *Credit Crisis* é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu. • *Bond Sell Off* é representado por uma crise deflagrada por uma mudança na política monetária nos EUA para contracionista (*“hawkish”*). • *Inflation*. Similar ao *Bond Sell Off*, no entanto a crise é deflagrada por alta inesperada da inflação nos EUA. • *USD Crisis* é representado por uma crise deflagrada por desvalorização significativa do dólar em relação às outras moedas do G10. • *Commodities Sell Off* é representado por uma crise decorrente de queda abrupta nos preços de *commodities*. • *Emerging Markets* é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos. • *EURO Zone* é representado por uma crise deflagrada por fuga de capitais dos seguintes países da União Europeia: Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália. • *General Recovery*: neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos. • *Dealer Exit* é representado pelos efeitos decorrentes do zeramento de posições de menor liquidez concentradas em um investidor ou *dealer* de grande porte.

5. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de vencimento em até 3 meses.

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Disponibilidades	26.453	20.749
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas	40.697.185	31.094.745
Posição bancada	33.026.573	20.394.269
Posição financiada	7.192.434	10.538.320
Posição vendida	478.178	162.156
Total	40.723.638	31.115.494

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada*	1.006.666	-
Aplicações em moeda estrangeira	34.042	135.048
Total	1.040.708	135.048

(*) Referem-se a operações compromissadas com prazo de vencimento acima de 3 meses e que, portanto, não são consideradas como caixa e equivalente de caixa.

7. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado Junho de 2020	Valor de mercado Dezembro de 2019
Títulos para negociação	12.116.478	85.937	12.202.415	6.102.849
Carteira própria	5.176.600	13.028	5.189.628	3.885.565
LFT	15.160	(11)	15.149	110.235
LTN	1.953.159	9.223	1.962.382	1.026.252
NTN-B	325.425	2.427	325.852	99.492
NTN-F	166.043	1.075	167.118	24.211
Cotas de fundo de investimentos	2.686.637	-	2.686.637	2.611.604
Ações	32.176	314	32.490	13.771
Vinculados à prestação de garantias	6.939.878	72.909	7.012.787	2.217.284
LFT	583.909	(111)	583.798	458.007
LTN	5.040.235	60.347	5.100.582	343.041
NTN-B	375.742	8.211	383.953	738.047
NTN-F	3.663	4.369	4.322	4.224
NTN-C	902.296	776	906.052	640.499
Cotas de fundo de investimentos	34.033	-	34.033	33.466
Títulos disponíveis para venda	755.564	(15.000)	740.564	759.582
Carteira própria	755.564	(15.000)	740.564	759.582
Debêntures	755.564	(15.000)	740.564	759.582
Total da carteira de TVM	12.872.042	70.937	12.942.979	6.862.431

(b) **Cotas de fundos de investimentos** - As cotas de fundos de investimento estão representadas, principalmente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

	Ativo/(Passivo) Junho de 2020	Ativo/(Passivo) Dezembro de 2019
Fundo de investimento - exclusivo	2.686.637	2.611.604
Títulos e valores mobiliários e operações compromissadas	2.927.963	2.774.708
• Ações	218.465	304.065
• LFT	2.543.726	-
• LTN	159.656	-
• NTN-B	-	2.597.068
• NTN-F	2.183.183	-
• Credores por empréstimos de ações	(2.204.460)	(174.129)
• Direitos por empréstimos de ações	27.393	47.704
Mercado futuro	(2.758)	-
• Futuro – DI	(349)	581
• Futuro – DOL	(17)	-
• Futuro – Win	376	(2.566)
• Futuro – Índice	(6.185)	4.639
• Futuro – ISP	3.417	(2.427)
Outros derivativos	(64.277)	(99.755)
• Outros derivativos	(64.277)	(99.755)
Opções	(80.100)	(67.192)
• Ações	91.327	1.219
• Ibovespa	30.761	(10.259)
• Flexíveis	(19.534)	(58.152)
Diversos	(94.203)	3.598
• Valores a pagar/receber	(94.203)	3.598
Disponibilidades	12	18
Outros fundos	34.033	33.466
Total cotas de fundos de investimento	2.720.670	2.645.070

(c) Composição por prazos de vencimentos dos papéis - TVM

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	2.719.127	1.363.427	356.568	1.090.122	400.948	5.930.192
Vinculados à prestação de garantias	34.033	74.685	4.079.398	2.398.764	425.907	7.012.787
Total da carteira – Junho de 2020	2.753.160	1.438.112	4.435.966	3.488.886	826.855	12.942.979
Total da carteira – Dezembro de 2019	2.658.841	84.317	953.347	1.845.264	1.320.662	6.862.431

8. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal Junho de 2020	Valor nominal Dezembro de 2019
Operações de swap	2.356.152	7.669.302	62.386.080	40.117.297
Taxa de juros	270.383	125.920	29.941.126	12.166.526
Moeda	681.710	2.445.626	8.499.718	6.518.270
Outros	1.474.055	5.085.178	23.945.236	21.432.501
Ajustes prudenciais¹	(69.996)	12.578	-	-
Operações com opções	2.045.531	1.860.104	18.962.570	19.875.219
Compra de opção:	2.045.531	-	9.413.719	10.426.234
Compra de dólar	1.967.042	-	5.870.792	7.208.562
Compra de índice de ação	21.907	-	305.163	273.748
Compra de ação	61	-	22.928	151.398
Compra de commodities	6.276	-	185.319	398.863
Venda de dólar	48.293	-	2.715.082	1.858.651
Venda de índice de ação	40	-	6.200	-
Venda de ação	1	-	5	-
Venda de commodities	9.034	-	308.230	535.012
Ajustes prudenciais¹	(7.123)	-	-	-
Venda de opção:	-	1.860.104	9.548.851	9.448.985
Compra de dólar	-	1.772.952	5.720.387	5.380.552
Compra de índice de ação	-	22.820	299.078	273.748
Compra de ação	-	546	23.103	151.620
Compra de commodities	-	6.276	185.319	398.863
Venda de índice de ação	-	48.143	3.006.332	2.699.227
Venda de ação	-	179	6.200	9.800
Venda de ação	-	35	202	163
Venda de commodities	-	9.034	308.230	535.012
Ajustes prudenciais¹	-	119	-	-
Operações com futuros	101.255	140.711	105.775.109	59.784.324
Posição comprada	24.987	76.941	63.099.253	39.662.429
Cupom cambial – DDI	4.402	12.323	31.083.046	14.729.414
DI de 1 dia	3.289	3	12.460.738	12.539.857
Moedas	-	64.407	10.410.869	5.362.929
Cupom IPCA	17.296	208	9.144.600	7.030.229
Posição vendida	76.268	63.770	42.675.856	20.121.895
Cupom cambial – DDI	5.864	46.375	20.516.513	3.371.044
DI de 1 dia	5	17.302	21.968.002	16.582.739
Moedas	70.399	-	50.533	37.901
Cupom IPCA	-	24	131.274	130.211
Índice	-	69	9.534	-
Operações a termo	455.982	455.929	455.823	116.329
Posição comprada - títulos	233.471	233.312	233.312	54.873
Posição vendida - títulos	222.511	222.617	222.511	61.456
Outros derivativos	1.712.896	1.783.689	37.960.645	25.330.979
Moedas	1.621.114	1.663.617	35.023.250	23.044.273
Commodities	20.216	19.258	857.665	351.762
Outros	75.202	99.901	2.079.730	1.934.944
Ajustes prudenciais¹	-	(3.636)	913	-

¹ Referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na Nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)). Os valores a receber e a pagar de operações de swap, operações a termo, opções e outros derivativos estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado Junho de 2020	Valor de mercado Dezembro de 2019
Ativo	7.416.546	(845.985)	6.570.561	2.084.134
Operações de swap	2.421.026	(64.874)	2.356.152	549.301
Operações a termo	455.824	158	455.982	116.321
Prêmio de opções	925.193	1.120.338	2.045.531	890.360
Outros derivativos	3.614.503	(1.901.607)	1.712.896	528.152
Passivo	11.689.599	79.425	11.769.024	4.399.662
Operações de swap	6.930.254	739.048	7.669.302	2.751.181
Operações a termo	455.823	106	455.929	116.346
Prêmio de opções	800.289	1.059.815	1.860.104	897.282
Outros derivativos	3.503.233	(1.719.544)	1.783.689	634.853

(c) Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total Junho de 2020	Total Dezembro de 2019
Operações de swap	12.111.494	18.072.388	9.949.226	22.252.972	62.386.080	40.117.297
Operações com opções – comprada	1.445.790	3.387.029	1.604.196	2.976.704	9.413.719	10.426.234
Operações com opções – vendida	1.401.783	3.389.724	1.621.393	3.135.951	9.548.851	9.448.985
Operações de futuros – comprada	41.260.322	1.446.420	7.550.593	12.841.918	63.099.253	39.662.429
Operações de futuros – vendida	7.759.226	22.713.773	6.654.746	5.548.111	42.675.856	20.121.895
Operações a termo – comprada	233.312	-	-	-	233.312	54.873
Operações a termo – vendida	222.511	-	-	-	222.511	61.456
Outros derivativos	14.972.174	15.747.749	6.269.777	970.945	37.960.645	25.330.979

(d) Valor nominal por local de negociação

	Bolsas	Balcão (Cetip/Selic)	Total Junho de 2020	Total Dezembro de 2019
Operações de swap	26.704.575	35.681.505	62.386.080	40.117.297

	Dezembro de 2019		
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	553.059	159.635	138.548
Pessoa jurídica – importação e exportação	1.307.435	96.512	109.196
Pessoa jurídica – outros	3.013	-	361.545
Pessoa física – outros	5.186	-	2.006
Total	1.868.693	256.147	611.295

(d) Composição por nível de risco

	Junho de 2020			Dezembro de 2019	
	Total da carteira	Provisão constituída		Total da carteira	Provisão constituída
Nível de risco					
AA	3.205.813	4.745	2.273.662	4.175	
A	57.266	352	401.885	3.721	
B	709.649	13.315	60.588	773	
C	450.183	14.551	-	-	
Total	4.422.911	32.963	2.736.135	8.669	

(e) Evolução da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	8.669	4.129
Constituição/(reversão) de provisão	24.294	4.540
Saldo final	32.963	8.669

Durante o semestre foi revertida provisão referente a garantias financeiras prestadas no valor de R\$ 3.211 (dezembro de 2019 – constituição anual de R\$ 1.973). O saldo das provisões sobre garantias financeiras prestadas totaliza R\$ 893 (dezembro de 2019 – R\$ 4.104). No primeiro semestre de 2020 foi constituída provisão referente a títulos e créditos a receber sem características de concessão de crédito classificada em “Outros créditos” no valor de R\$ 124.596. O saldo da provisão dos referidos títulos e créditos totalizam R\$ 134.361 (dezembro de 2019 – R\$ 9.765). Não houve renegociação de créditos nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Em 2020 houve recuperação de crédito no valor de R\$ 21.596.

10. Outros créditos e outras obrigações

a. Carteira de câmbio - No ativo, está representada, principalmente, por câmbio comprado a liquidar no valor de R\$ 4.166.865 (dezembro de 2019 – R\$ 2.232.527), direitos sobre vendas de câmbio no valor de R\$ 5.451.703 (dezembro de 2019 – R\$ 1.805.700) e foram deduzidos por adiantamentos recebidos em moeda nacional no valor de R\$ 6.374 (dezembro de 2019 – R\$ 10.781). No passivo, está representada por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 5.478.622 (dezembro de 2019 – R\$ 1.806.029) e obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 3.906.049 (dezembro de 2019 – R\$ 2.267.397) e foram deduzidos por adiantamentos sobre contratos de câmbio, sem rendas, no valor de R\$ 2.195.607 (dezembro de 2019 – R\$ 1.383.716).

b. Negociação e intermediação de valores - No ativo referem-se a operações de bolsas a liquidar no valor de R\$ 25.331 (dezembro de 2019 – R\$ 102.768) e operações com ativos financeiros e mercadorias no montante de R\$ 183.199 (dezembro de 2019 – R\$ 50.813). No passivo referem-se, principalmente, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 113.536 (dezembro de 2019 – R\$ 36.450), operações com passivos financeiros a liquidar no valor de R\$ 140.864 (dezembro de 2019 – R\$ 230.258) e credores por empréstimos de ações no valor de R\$ 6.158 (dezembro de 2019 – R\$ 26.067).

c. Outros créditos – diversos

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Depósitos judiciais – obrigações fiscais e previdenciárias	679.337	665.400
Depósitos judiciais – ações cíveis	21.584	21.581
Depósitos judiciais – processos trabalhistas	9.681	10.955
Títulos e créditos a receber – sem característica de concessão de crédito	232.269	9.765
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	85.289	17.117
Devedores diversos exterior	607.605	109.290
Outros	14.760	12.142
Total	1.650.525	846.250

d. Créditos tributários e obrigações fiscais diferidas - A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Diferenças temporárias	648.259	423.841
Contingências	47.102	47.602
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	78.533	11.583
Provisão para honorários advocatícios	7.884	7.262
Provisão para participação nos lucros	46.800	75.085
Marcação a mercado – Disponíveis para venda	6.750	-
Marcação a mercado – TVM e derivativos	386.972	218.957
Unidades de ações restritas – RSU	71.796	59.565
Outros	2.422	3.787
Prejuízos fiscais e bases negativas	603	38.997
Total de créditos tributários – ativo	648.862	462.838
Obrigações fiscais diferidas – passivo	(48.162)	(124.797)

Foi constituído crédito tributário de R\$ 310.435 (dezembro de 2019 – R\$ 295.666) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R\$ 86.017 (dezembro de 2019 – R\$ 127.462) sobre diferenças temporárias e R\$ 38.394 (dezembro de 2019 – R\$ 73.379) sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL. No ano de 2019, foi constituído crédito tributário no valor de R\$ 24.375 sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL. Em junho de 2020, para IR diferido passivo foi constituído o valor de R\$ 1.030 (dezembro de 2019 – 124.797) e realizado o valor de R\$ 77.665. A previsão de realização dos créditos tributários no montante R\$ 648.862 (dezembro de 2019 – R\$ 462.838) é estimada em 10% no 1º ano, 25% no 2º ano, 11% no 3º ano, 21% no 4º ano, 11% no 5º ano, 7% no 6º ano, 3% no 7º ano, 4% no 8º ano, 2% no 9º e 6% no 10º ano. Com base na Resolução nº 4.720, do CMN, e a Circular nº 3.959, do BACEN, os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 532.774 (dezembro de 2019 – R\$ 376.236).

e. Outras obrigações fiscais

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Impostos e contribuições a recolher	63.848	44.272
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	258.721	130.098
Total	322.569	174.370

f. Passivos contingentes e obrigações legais - As obrigações legais e provisões para contingências constituídas e as variações no período estão assim apresentadas:

I. Composição dos saldos patrimoniais

	Provisões	
	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	447.858	444.534
Cíveis	72.376	71.467
Trabalhistas	32.295	34.315
Total	552.529	550.316

II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias			Total em Junho de 2020	Total em Dezembro de 2019
	Cíveis	Trabalhistas	Obrigações legais e outros passivos contingentes		
Saldo inicial.....	71.467	34.315	444.534	550.316	543.250
Despesas financeiras – juros	909	1.001	3.577	5.487	15.884
Constituições	-	599	-	599	3.685
Reversões.....	-	(402)	(253)	(655)	(6.847)
Pagamentos.....	-	(3.218)	-	(3.218)	(5.656)
Saldo final	72.376	32.295	447.858	552.529	550.316

III. Fiscais e previdenciárias – obrigações legais - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (ii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

IV. Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes - A Instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 124.664 (dezembro de 2019 – R\$ 121.648); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 53.124 (dezembro de 2019 – R\$ 50.688); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 924 (dezembro de 2019 – R\$ 917); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários para os anos de 2010 a 2012 no valor de R\$ 42.664 (dezembro de 2019 – R\$ 42.153); e (v) outros casos que totalizam R\$ 21.109. (dezembro de 2019 – R\$ 7.684).

V. Ações trabalhistas - Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 144.821 (dezembro de 2019 – R\$ 144.871).

VI. Ações cíveis - O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Banco possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços. As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco por entenderem que as alterações trazidas de Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos, que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal no início de 2018. Em maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal, homologou um termo aditivo ao acordo prorrogando o prazo para adesão por até 60 meses adicionais. Com relação ao Plano Real, o Supremo Tribunal Federal julgou em maio de 2019 a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 77, declarando constitucional o artigo 38 da Lei que instituiu referido plano. Quanto aos demais Planos Econômicos, eles ainda dependem de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no Supremo Tribunal Federal. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 2.303 (dezembro de 2019 – R\$ 2.420).

g. Outras obrigações – diversas

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Despesas com pessoal	402.439	386.654
Provisões para despesas administrativas	19.798	18.156
Credores diversos - exterior	8.884	-
Outros	22.984	20.654
Total	454.105	425.464

11. Participações em sociedades controladas

	J.P. Morgan S.A. DTVM	J.P. Morgan CCVM S.A.	Total Junho de 2020	Total Dezembro de 2019
Participação no capital integralizado - %	100%	100%		
Patrimônio líquido	431.276	999.924	1.431.200	1.338.610
Lucro líquido do período	24.318	68.272	92.590	232.387
Resultado de participações em controladas	24.318	68.272	92.590	232.387
Valor contábil do investimento	431.276	999.924	1.431.200	1.338.610

12. Imobilizado - “Imóveis de uso” estão representados por edificações, no valor de R\$ 44.528 (dezembro de 2019 – R\$ 44.149) e terrenos, no valor de R\$ 46.203 (dezembro de 2019 – R\$ 46.203). “Outras imobilizações de uso” estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 85.299 (dezembro de 2019 – R\$ 82.122), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 35.888 (dezembro de 2019 – R\$ 35.111).

13. Ativos intangíveis - Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 22.592 (dezembro de 2019 – R\$ 22.592) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (dezembro de 2019 – R\$ 2.500).

14. Depósitos e captações

(a) Depósitos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total Junho de 2020	Total Dezembro de 2019
Depósitos à vista	224.260	-	-	-	224.260	341.885
Depósitos interfinanceiros	939.100	1.305.650	11.890	144.040	2.400.680	2.394.556
Depósitos a prazo	1.135.795	2.970.851	1.281.278	2.798.423	8.186.347	5.567.704
Total	2.299.155	4.276.501	1.293.168	2.942.463	10.811.287	8.304.145

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total Junho de 2020	Total Dezembro de 2019
Operações compromissadas - carteira de terceiros	7.192.434	-	-	7.192.434	10.538.320
Operações compromissadas - carteira livre movimentação	487.674	-	-	487.674	162.209
Captações COE	-	133.120	295.377	428.497	394.603
Total	7.680.108	133.120	295.377	8.108.605	11.095.132

15. Obrigações por empréstimos no exterior - São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 32.289.066 (dezembro de 2019 – R\$ 15.328.827) com vencimentos entre julho de 2020 e abril de 2021 (dezembro de 2019, as operações possuíam vencimentos entre janeiro e junho de 2020). As taxas de juros para as captações em dólar variam de 0,06% até 0,80% ao ano (dezembro de 2019 - 1,33% até 2,45%). De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 30 de junho de 2020, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data-base o Banco possui operações com derivativos negociados na B3 realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido à variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial líquido seria um aumento de R\$ 140.059 (dezembro de 2019 – aumento de R\$ 27.266).

16. Imposto de renda e contribuição social - A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido da participação nos lucros	72.744	227.637
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(32.734)	(91.055)
Resultado de participação em controladas	41.665	31.907
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(30.370)	(29.486)
Efeito CSLL (5%)	16.377	-
Outros	2.209	(116)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	29.881	2.305
Resultado de IRPJ e CSLL no semestre	(2.853)	(88.750)

17. Patrimônio líquido - O capital social está dividido em 5.661 (dezembro de 2019 – 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (dezembro de 2019 – 5.470) ordinárias e 191 (dezembro de 2019 – 191) preferenciais, sem valor nominal. São mantidas 6 ações preferenciais em tesouraria (dezembro de 2019 – 6). As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 229.500. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em fevereiro de 2019. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 127.500. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em fevereiro de 2020.

18. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan): As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, estão representadas abaixo. As entidades J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários são empresas controladas pelo Banco JP Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro J.P. Morgan. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	Junho de 2020	Dezembro de 2019	Junho de 2020	Junho de 2019
Disponibilidade em moeda estrangeira.....	19.471	17.382	97.319	12.377
JP Morgan Chase Bank London.....	16.801	12.319	97.013	12.377
Banco JPMorgan S.A. Mexico	2.670	5.063	306	-
Aplicação em moeda estrangeira	34.042	135.048	102.646	1.741
JPMorgan Chase Bank National Association	34.042	135.048	102.646	1.741
Instrumentos financeiros derivativos	810.356	314.783	1.036.479	(83.077)
Atacama Multimercado Fundo de Investimento	80.997	114.019	-	-
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	148.811	89.001	-	7.390
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch.....	(457.572)	(71.648)	(432.028)	9.650
Lawton Multimercado	1.038.120	183.411	1.468.507	(100.117)
Serviços prestados a receber	33.906	94.969	181.981	118.242
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	3.150	419	3.045	629
JPMorgan Chase Bank, National Association	8.637	16.338	34.879	30.914
J.P. Morgan Securities LLC.....	10.744	30.882	31.574	26.601
J.P. Morgan S.A DTVM	1.326	1.012	7.383	5.610
J.P. Morgan CCVM S.A.....	3.010	401	17.188	13.059
JPMorgan Asset Management (Europe)	-	-	-	624
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	1.229	2.678	38.192	7.239
Lawton Multimercado	3.096	3.864	22.818	22.632
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch	1.893	12.723	9.123	509
J.P. Morgan Securities PLC - Paris Branch	821	26.652	17.779	10.425
Outros valores a receber/ (a pagar)	607.036	108.831	(550)	3
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	-	54	-	-
J.P. Morgan Securities LLC.....	(569)	-	(550)	-
JPMorgan Chase Bank, National Association	607.605	109.292	-	3
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch	-	(515)	-	-
Depósitos à vista	(3.630)	(25.982)	-	-
Atacama Multimercado Fundo de Investimento	(12)	(19)	-	-
Lawton Multimercado	(18)	(17)	-	-
Chase Manhattan Holdings Limitada.....	(446)	(973)	-	-
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio	(267)	(216)	-	-
HCM Participações Brasil Ltda	(220)	(355)	-	-
J.P. Morgan CCVM S.A	(514)	(606)	-	-
J.P. Morgan S.A DTVM	(176)	(21.213)	-	-
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(754)	(1.765)	-	-
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda	(248)	(165)	-	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.	(625)	(211)	-	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.....	(112)	(184)	-	-
Gaborone Participações Ltda.....	(238)	(258)	-	-
Depósitos a Prazo	(1.407.874)	(123.277)	(12.551)	(63.719)
Gaborone Participações Ltda	(2.426)	(2.385)	(41)	(68)
Lawton Multimercado	(1.254.597)	-	(10.096)	(60.311)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	51.256)	(58.514)	(934)	(1.946)
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio	(24.603)	(24.574)	(419)	(703)
HCM Participações Brasil Ltda	(74.992)	(37.804)	(1.061)	(679)
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda	-	-	-	(12)
Depósitos interfinanceiros	(2.244.751)	(2.285.428)	(50.852)	(55.092)
J.P. Morgan S.A DTVM	(868.666)	(1.214.412)	(28.504)	(32.524)
J.P. Morgan CCVM S.A.....	(1.022.917)	(723.968)	(16.229)	(14.434)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch.....	(353.168)	(347.048)	(6.119)	(8.134)
Obrigações por operações compromissadas	(7.192.434)	(10.538.321)	(141.858)	(150.614)
J.P. Morgan S.A DTVM	(44.699)	(91.600)	(1.084)	(3.252)
J.P. Morgan CCVM S.A.....	(374.999)	(330.300)	(5.957)	(8.295)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch.....	(195.600)	(177.500)	(2.417)	(4.551)
Lawton Multimercado	(4.033.410)	(7.341.853)	(99.661)	(134.516)
Atacama Multimercado Fundo de Investimento	(2.543.726)	(2.597.068)	(32.739)	-
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(32.289.066)	(15.328.827)	(63.671)	(164.596)
JPMorgan Chase Bank. National Association	(32.289.066)	(15.328.827)	(63.671)	(164.596)
Negociação e intermediação de valores	(42.427)	22.822	(1.975)	(570)
J.P. Morgan CCVM S.A.....	(41.219)	23.425	(653)	(570)
Atacama Multimercado Fundo de Investimento	(137)	-	-	-
J.P. Morgan Securities PLC	(274)	-	(771)	-
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	(797)	(603)	(551)	-
Operações de Câmbio.....	(144)	1.710	(43.686)	2.425
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch.....	(144)	1.710	(43.686)	2.425
Despesa de pessoal	(201.055)	(118.163)	(41.670)	(30.900)
JPMorgan Chase & CO	(201.055)	(118.163)	(41.670)	(30.900)

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis do Banco participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da Instituição por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	Junho de 2020	
	Valores em milhares	
Ações em circulação em 01/01/2020	Quantidade de ações	de Dólares (USD)
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>).....	282.139	28.181
Ações entregues no período (<i>vested</i>)	88.697	12.182
Transferência/saída de funcionários.....	(120.779)	(11.759)
Ações em circulação em 30/06/2020	6.827	653
	256.884	29.257
	Dezembro de 2019	
	Valores em milhares	
Ações em circulação em 01/01/2019	Quantidade de ações	de Dólares (USD)
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>).....	373.971	31.377
Ações entregues no período (<i>vested</i>)	135.096	13.640
Transferência/saída de funcionários.....	(207.401)	(14.790)
Ações em circulação em 31/12/2019	(19.527)	(2.046)
	282.139	28.181

Em 2020 não foi registrado aumento patrimonial em função da existência do acordo com a matriz (Nota 3 (i)). Em 2019, foi registrado um aumento patrimonial no valor R\$ 3.007 em decorrência de tal acordo. O valor do passivo em 30 de junho de 2020, incluindo encargos sociais, é de R\$ 245.735 (dezembro de 2019 – R\$ 176.559). Em virtude desse programa a despesa registrada no período é de R\$ 44.001 (junho de 2019 – R\$ 51.254), incluindo os encargos sociais.

20. Outras informações

- (a) O total de fundos e carteiras administrados monta a R\$ 22.201.410 (dezembro de 2019 – R\$ 21.761.231).
- (b) Fianças, avais, coobrigações e outras garantias prestadas a clientes montam a R\$ 2.584.910 (dezembro de 2019 – R\$ 2.346.448). O montante referente à provisão sobre risco de crédito de garantias prestadas é de R\$ 893 (dezembro de 2019 – R\$ 4.104).
- (c) “Receitas de prestação de serviços” referem-se, principalmente, a administração de fundos de R\$ 50.495 (junho de 2019 – R\$ 37.781), receita de comissão de colocação de títulos no mercado no valor de R\$ 31.245 (junho de 2019 – R\$ 50.301), rendas de serviços de assessoria técnica no valor de R\$ 2.269 (junho de 2019 – R\$ 22.564) e rendas de serviços prestados no exterior no valor de R\$ 115.163 (junho de 2019 – R\$ 69.073).

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO		
Azarias de Castro Feitosa Junior	Luiz Fernando Tanus Gambale	Monica de Deus Leopoldino
Daniel Costa Barreto	Marcelo Ferreira Santos	Pedro Clark Juliano
Daniel de Moraes e Silva Granja	Marcelo Silveira Barbosa	Renata Fracaroli Vilanova Lobo
Decio Ramos Porchat de Assis	Márcio Bonfiglioli	Roberto Jorge Cozzari
Fabio Jorge Resegue	Marcus Vinicius de Macedo	
Jorge Constantino Bernardes dos Santos		

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Despesas de serviços com o sistema financeiro	29.334	35.834
Despesas com serviços de terceiros.....	9.883	11.027
Despesas com viagens	5.700	7.147
Despesas com sistemas e tecnologias	7.565	6.645
Despesas com manutenção e conservação.....	3.183	3.162
Despesas de comunicação	6.830	5.669
Despesas com aluguel	6.192	5.947
Despesas de depreciação e amortização	8.370	8.303
Despesas diversas	22.272	12.337
Total	99.329	96.071

(e) “Outras despesas com provisões” referem-se a despesas com provisão para passivos contingentes e obrigações legais de naturezas fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, no valor de R\$ 6.086 (junho de 2019 – R\$ 10.013).

(f) Composição de “Outros resultados operacionais”:

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Outros resultados operacionais	15.200	12.362
Reversão de provisões operacionais.....	513	1.349
Atualização de depósitos judiciais.....	6.772	11.626
Outros	7.915	(613)

- (g) As “Participações no lucro” referem-se ao provisionamento das participações dos funcionários nos resultados do Banco.
- (h) **Lucro por ação** - Não há distinção no método de cálculo do lucro básico e diluído por ação, uma vez que o Banco não teve movimentação de ações em tesouraria nos períodos compreendidos por esta demonstração financeira, e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição.
- Segue o cálculo do Lucro por ação:

	Jan-Jun/2020	Jan-Jun/2019
Lucro líquido do período	69.891	138.887
Média ponderada das ações emitidas (básico e diluído)		
Ações ordinárias.....	5.470	5.470
Ações preferenciais	185	185
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)		
Ações ordinárias.....	12.359,16	24.560,04
Ações preferenciais	12.359,16	24.560,04

(i) Conforme estabelecido na Resolução nº 3.263, o Banco possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Jorge Constantino Bernardes dos Santos
CONTADORA
Lucila Parize Moraes Stolf Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

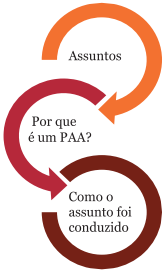
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

Conforme divulgado nas notas 3(b) e 8, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para valorização de instrumentos e/ou dados observáveis. Consideramos essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros derivativos no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: Entendimento dos principais processos e testes sobre a efetividade dos principais controles relevantes relacionados aos processos de registro e confirmação dos dados das operações e reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos. Adicionalmente, confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos extraídos dos sistemas subjacentes que demonstram os saldos por operação, bem como, com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros derivativos de acordo com as boas práticas de mercado e com os requerimentos das normas do BACEN. Consideramos que os critérios adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o “Banco”), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco.

Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 30 de junho de 2020, destacam-se:

a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes;

b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela Administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de

controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento, o processo de autoavaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada.

O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas.

Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2020.

São Paulo, 2 de setembro de 2020.